

Lei Antidesperdício e de Economia Circular da França: eliminando desperdícios e promovendo a inclusão social



Parte de uma série de estudos de caso que exemplificam elementos dos objetivos universais das políticas de economia circular (2021) na prática.



Em 2020, a França adotou uma lei ambiciosa para moldar a transição de todo o sistema para uma economia circular. A Lei sobre a luta contra o desperdício e a favor da economia circular (Loi relative à la lutte contre le gaspillage et à l'économie circulaire¹, abreviadamente chamada de **Lei Antidesperdício) incentiva as empresas de vários setores, os municípios e os cidadãos a eliminar os resíduos e a adotar práticas mais circulares. A lei também visa promover uma transformação social e apoiar a economia solidária.² Apresentou várias medidas que são inéditas no mundo, como a proibição da destruição de produtos não vendidos e o índice de reparabilidade. A lei teve sua origem nos compromissos da França para a redução das mudanças climáticas e nas sucessivas políticas nacionais, como a Lei de Transição Energética para um Crescimento Ecológico³ de 2015, e o Climático da França, de 2017, que ajudaram a impulsionar sua adoção.**

Embora o governo francês tenha definido um rumo em direção a uma economia circular, ainda há muito progresso a ser feito. Em 2016, um ano antes do início do desenvolvimento da lei, a França gerou 4,6 toneladas de resíduos por habitante⁴, quase o dobro dos resíduos gerados em países vizinhos, como Itália e Espanha.⁵ Ao mesmo tempo, poucos materiais e recursos foram postos novamente em circulação no sistema. Por exemplo, em 2014, a taxa de recuperação de resíduos domésticos da França (39%) foi inferior à da Alemanha (65%) e da Bélgica (50%), e a taxa de reciclagem de embalagens de plástico (20%) foi inferior à média da UE (30%).⁶

Uma lei ambiciosa para mudar o sistema

Com seus 130 artigos, a Lei Antidesperdício é uma abrangente peça legislativa que visa eliminar o desperdício e a poluição desde a fase de projeto e transformar o modelo econômico linear do sistema de produção, distribuição e consumo em um modelo circular.

A lei visa eliminar gradualmente as embalagens de plástico descartáveis até 2040, eliminar o desperdício por meio do incentivo ao reuso e do apoio a organizações filantrópicas, combater a obsolescência

planejada e promover um sistema melhor de gestão de recursos desde a fase de projeto até a recuperação de materiais. Também visa fornecer informações melhores e mais transparentes aos consumidores. Ao abranger uma ampla gama de setores – de alimentos a embalagens e de bens de consumo a construções –, incentiva todos os atores de todas as etapas das cadeias de valor a seguirem a mesma direção, adotando práticas que eliminam o desperdício. A lei se aplica a todos os produtos vendidos em território francês. Por força da lei, metas ambiciosas são estabelecidas e sanções são impostas quando as medidas não são respeitadas.

Medidas significativas para mudar o sistema

A lei apresentou diversas medidas para moldar a transição para uma economia circular, algumas das quais são inéditas no mundo. As cinco medidas descritas a seguir são algumas das mais inovadoras da lei:

Eliminar a poluição por plásticos por meio de uma série de medidas políticas:

Os plásticos descartáveis estão por toda parte e fazem parte de nosso cotidiano, mas grandes quantidades de plásticos escapam pelas brechas do sistema de coleta e acabam causando danos ao meio ambiente e ameaçando a biodiversidade. Além disso, a França é o maior poluidor por plásticos na região do Mediterrâneo. Dos estimados 4,5 milhões de toneladas de resíduos plásticos gerados em 2016 na França, 80 mil acabaram poluindo o ambiente natural e 10 mil entraram no Mar Mediterrâneo.⁷ Isso é prejudicial ao meio ambiente e às atividades econômicas ligadas ao turismo e à pesca.

Para reduzir a poluição por plásticos, a França se juntou a outros países para definir uma agenda ambiciosa para os plásticos. A França pretende eliminar as embalagens de plástico descartáveis de forma gradual até 2040 e reciclar 100% dos plásticos até 2025. Para atingir esse objetivo, as metas de redução dos plásticos são definidas por decreto. Essas metas serão revistas a cada cinco anos para

elevar o nível de ambição. As metas visam dar à indústria tempo suficiente para cumprir as novas medidas e, ao mesmo tempo, ganhar impulso.

A lei introduziu a proibição de vários itens de plástico do cotidiano, como saquinhos de chá, talheres descartáveis e embalagens de frutas e vegetais. Para que os resíduos de plástico sequer sejam produzidos, a lei também incentiva a adoção de práticas de resíduo zero, como as obrigações de que as instituições públicas sejam equipadas com bebedouros, de que os restaurantes de fast-food forneçam talheres reutilizáveis e do uso de recipientes reutilizáveis nas vendas a granel em lojas de varejo.

Reduzir os resíduos de construções com um esquema de Responsabilidade Estendida do Produtor (EPR):

O setor de construção da França gera 42 milhões de toneladas de resíduos anualmente e foi responsável por 26% das emissões de CO₂ do país (ou 115 MtCO₂e) em 2016.⁸ Esses materiais de construção às vezes são jogados em lixões ilegais e poluem o meio ambiente. A remoção dos materiais e a limpeza desses lixões custaram às prefeituras e aos contribuintes entre EUR 340 milhões e EUR 420 milhões.⁹

Para administrar melhor os recursos e promover o reúso dos materiais de construção, um esquema de Responsabilidade Estendida do Produtor (REP) sobre esses materiais

estará em operação a partir de 2022, tornando os fabricantes de produtos de construção responsáveis pelos resíduos gerados. Ao melhorar o sistema de gerenciamento de recursos, os esquemas de REP podem apoiar vários ciclos de economia circular.

A França já tinha 14 esquemas obrigatórios de REP em 2018.¹⁰ Outros 12, incluindo para brinquedos, bitucas de cigarro e equipamentos de esporte e lazer, foram introduzidos por meio da lei. Com mais de 25 esquemas, a França é hoje um dos países do mundo onde a REP é mais amplamente aplicada.¹¹

Promover o reúso e o emprego por meio de financiamento da REP:

Atualmente, os esquemas de REP ajudam a financiar a coleta, a triagem e a reciclagem de produtos e materiais. De acordo com a Lei Antidesperdício, os esquemas vão dar um passo adiante e criar um fundo de reúso solidário para apoiar financeiramente organizações e estruturas (como centros de triagem, recuperação e reciclagem de resíduos) que apoiam modelos de reúso. A iniciativa visa dar uma segunda vida a dezenas de milhares de produtos e proporcionar às pessoas que vivem em condições precárias o acesso a bens de consumo a preços acessíveis. Vários esquemas de REP farão contribuições financeiras de até 5% para o fundo, que terá um valor de EUR 50 milhões. Os recursos vão apoiar estratégias e redes de reúso e fomentar a criação de 70 mil empregos para pessoas que vivem em condições precárias.¹²

Saiba mais sobre as demais medidas introduzidas pela lei no documento [“The Anti-waste Law in the daily lives of the French people: what does that mean in practice?”](#)

Proibir a destruição de mercadorias não vendidas:

A França é o primeiro país do mundo a tomar uma medida como essa. Para enfrentar de forma ainda mais incisiva o desafio do desperdício, o país está tratando não apenas as grandes quantidades de resíduos que vão para os aterros após o consumo, mas também produtos e materiais muitas vezes desperdiçados antes mesmo de serem usados. Todos os anos, EUR 630 milhões em produtos não vendidos são destruídos na França.¹³ Organizações de mídia revelaram que grandes varejistas e plataformas comerciais online destroem em escala produtos do cotidiano que não estão sendo vendidos, como roupas, livros e eletrodomésticos.¹⁴ Quando produtos em perfeito estado são destruídos sem necessidade, a energia e os recursos usados para produzi-los também são desperdiçados. A destruição de bens não vendidos gera de 5 a 20 vezes mais emissões de GEE do que o reúso.¹⁵

Com o aumento do custo de vida e 9,3 milhões de pessoas vivendo na pobreza na França¹⁶, o desperdício desnecessário é cada vez mais visto como uma preocupação econômica e social. Por exemplo, quase EUR 180 milhões em produtos de higiene e beleza são destruídos anualmente naquele país. Ainda assim, três milhões de franceses não têm acesso regular a produtos básicos de higiene¹⁷, e as instituições filantrópicas que ajudam pessoas vulneráveis enfrentam com frequência uma escassez crônica desses produtos de primeira necessidade.

Proibir a destruição de todos os produtos não

alimentícios não vendidos na França significa enfrentar essas questões ambientais e sociais. Para todos os produtos abrangidos por um esquema de REP, a proibição entrará em vigor no final de 2021, e para os demais, no final de 2023. A medida visa estimular as empresas a repensarem sua gestão de estoque e produção. Em vez de despejar em aterros ou incinerar os produtos não vendidos, as empresas terão que reutilizá-los, doá-los ou reciclá-los. De acordo com a lei, todos os produtos de primeira necessidade, como produtos de higiene, deverão ser doados a organizações filantrópicas. Ao promover o reúso, a medida traz benefícios sociais e apoia a economia solidária.

Incentivar reparos por meio de um índice de reparabilidade:

Para manter os produtos em seu valor mais alto por mais tempo, a França está

introduzindo várias medidas para promover o reparo. O país pretende aumentar a proporção de produtos eletroeletrônicos reparados de 40% para 60% em cinco anos, até 2026.¹⁸ Para dar apoio a essa meta, foi apresentado em janeiro de 2021 o [índice de reparabilidade](#). O índice define uma pontuação até dez que mostra o quão reparável é um produto e é calculado com base na disponibilidade de peças de reposição e documentos técnicos e na facilidade de desmontagem do produto. A apresentação dessa pontuação passou a ser obrigatória em diversos tipos de produtos, como smartphones, notebooks, máquinas de lavar e televisores, e tem como objetivo alertar o consumidor na hora da compra sobre as opções de reparo. O índice também incentiva os fabricantes a considerarem a reparabilidade de seus produtos na fase de projeto e, portanto, pode ajudar a prevenir a criação de resíduos e apoiar um sistema mais circular.



DEPÓSITO.
FONTE: TWISTED SIFTER

Aproveitando os desdobramentos de políticas anteriores

A Lei Antidesperdício se baseia em peças legislativas anteriores e é fruto de anos de formulação de políticas e campanhas. Sucessivas políticas e leis nacionais da França ajudaram a criar uma conjuntura propícia à adoção dessa lei para reduzir o desperdício e administrar melhor os recursos. A [Lei de Transição Energética para um Crescimento Ecológico](#)¹⁹, de 2015, e o [Plano Climático da França](#)²⁰ de 2017, anunciaram o desenvolvimento do [Roteiro Nacional para a Economia Circular](#)²¹, apresentado em 2018. Enquanto isso, a chamada “Lei Garot”, de 2016, que trata da [luta contra o desperdício de alimentos](#)²² introduziu a proibição da destruição de produtos alimentícios comestíveis não vendidos, o que abriu o precedente para a proibição mais ampla introduzida pela Lei Antidesperdício. Além disso, em seu [programa presidencial](#), Emmanuel Macron estabeleceu metas ambiciosas para reciclar 100% dos plásticos e reduzir pela metade os despejos em aterros até 2025.²³



BRUNE POIRSON.
FONTE: FLICKR/JACQUES PAQUIER

Cronograma das políticas anteriores:



Um processo colaborativo que embasou a legislação

A Lei Antidesperdício também é resultado de um processo colaborativo. Ao longo do processo legislativo – desde o desenvolvimento do roteiro até a implementação da lei –, diversos atores estratégicos foram envolvidos por meio de consultas públicas, grupos de trabalho e uma plataforma online. Esse diálogo com atores de diferentes setores ajudou a administração pública a identificar uma gama mais abrangente de necessidades, soluções e medidas políticas. Por exemplo, a sociedade civil e a ADEME (Agência Francesa de Gestão do Meio Ambiente e Energia) já tinham experiência em economia circular e forneceram contribuições ao longo do processo.

Desde o desenvolvimento do roteiro...

Em outubro de 2017, os ex-Ministros Nicolas Hulot e Brune Poirson começaram a trabalhar no desenvolvimento do Roteiro para a Economia Circular da França. Esse foi um passo crucial na elaboração da Lei Antidesperdício, pois o roteiro definiu a visão de economia circular e o movimento de

afastamento de uma sociedade baseada em descartáveis na França. A lei estabeleceu metas para reduzir o consumo de recursos em 30% em relação ao PIB entre 2010 e 2030, reduzir os despejos em aterros pela metade até 2025, reciclar todos os plásticos até 2025, reduzir as emissões de gases de efeito estufa por meio da reciclagem de plástico e criar até 300 mil empregos adicionais, inclusive em novas profissões.²⁴

O roteiro também identificou 50 medidas para apoiar a transição. Metade delas exigia um procedimento legislativo para serem implementadas e foram, portanto, introduzidas através da Lei Antidesperdício e da Lei Financeira de 2019.²⁵

Consultas aos atores envolvidos ocorreram ao longo de todo o processo. O Ministério da Transição Ecológica e Inclusiva recebeu cerca de 1,8 mil contribuições e mais de 16 mil votos na consulta pública online. Os resultados dessas consultas mostraram que houve amplo apoio público às medidas propostas no roteiro. Além disso, foi formado um comitê piloto de cerca de 100 pessoas representando atores estratégicos de municípios, associações de consumidores, indústrias, ONGs e parlamentares. Esse comitê piloto formou quatro grupos de trabalho com foco nos temas de territórios,

produção e consumo sustentáveis, plásticos e instrumentos econômicos. Em 23 de abril de 2018, o ex-primeiro-ministro Édouard Philippe e Brune Poirson apresentaram o Roteiro para a Economia Circular da França em uma fábrica em Mayenne.²⁶

....até a implementação da Lei Antidesperdício

Os aprendizados reunidos ao longo do desenvolvimento do roteiro embasaram o projeto de lei. Apresentada nas duas Casas do Parlamento em julho de 2019, a Lei Antidesperdício foi aprovada por unanimidade pelo Senado e pela Assembleia Nacional em janeiro de 2020. O consenso geral entre os partidos políticos de que as questões abordadas pela lei são importantes contribuiu para o sucesso da sua adoção.

A lei agora é implementada por meio de decretos.²⁷ Enquanto o texto da lei descreve os princípios gerais, os decretos definem como ela deve ser aplicada, quais metas devem ser cumpridas e as possíveis isenções. A elaboração dos decretos é colaborativa, já que representantes de ONGs, indústrias, municípios e associações de consumidores também são consultados para ajudar a definir objetivos realistas e preparar a indústria para a implementação de novas medidas.



Lições aprendidas até agora

A Lei Antidesperdício da França é ambiciosa e abrangente, e a próxima etapa será aquela em que os impactos poderão ser medidos. Há evidências de que empresas, inclusive multinacionais, já começaram a se adaptar e a cumprir as medidas previstas na nova lei.²⁸ A seguir estão as lições e aprendizados obtidos até agora:

Um processo legislativo colaborativo: A Lei Antidesperdício resulta de uma colaboração entre formuladores de políticas, municípios, ONGs e empresas. O envolvimento de atores estratégicos desde o início do processo ajudou a desenvolver novas medidas políticas e a construir um consenso entre os partidos políticos de que a transformação de todo o sistema é necessária.

Definição de metas de médio prazo: A lei define um rumo em direção a uma economia circular por meio de seus objetivos de longo prazo. No entanto, a definição de metas de médio prazo por meio de decretos foi o que ajudou a impulsionar o andamento. Nos próximos anos, à medida que outras inovações e tecnologias surgirem e a indústria se adaptar, a França poderá aumentar seu nível de ambição e definir novas metas para os cinco anos seguintes.

Para mais informações:

[La loi anti-gaspillage pour une économie circulaire](#)

[Roteiro para a Economia Circular da França](#)

[The Anti waste Law in the daily lives of the french people: what does that mean in practice?](#)

Este estudo de caso foi publicado originalmente em agosto de 2021 como parte dos objetivos universais da economia circular, Fundação Ellen MacArthur



Medidas intersetoriais para mudar os sistemas: como este exemplo ilustra os elementos da estrutura de objetivos universais de políticas para economia circular

Ao implementar uma série de medidas em diferentes setores da economia, a Lei Antidesperdício da França contribui para promover uma transição de todo o sistema para uma economia circular, em linha com a visão desenvolvida no Roteiro para a Economia Circular. A lei ilustra vários dos aspectos considerados dentro da estrutura dos Objetivos Universais de Políticas para Economia Circular, incluindo:



OBJETIVO 1

Estimular o design para a economia circular

A forma como os produtos são projetados determina como serão fabricados e usados. A Lei Antidesperdício introduziu diversas medidas, como o índice de reparabilidade e a proibição de alguns produtos descartáveis, que incentivam as empresas a reconsiderarem o design de seus produtos. Isso pode levar à prevenção de resíduos desde o início da cadeia e à fabricação de produtos compatíveis com um sistema de economia circular.



OBJETIVO 2

Gerenciar recursos para preservar o valor

A economia circular visa manter os produtos e materiais em uso e com valor. Ao facilitar o acesso à reparação e ao uso de peças sobressalentes, apresentando novos esquemas de REP para financiar e apoiar o sistema de gestão de recursos e encorajando soluções alternativas para produtos não vendidos, a lei procura apoiar múltiplos ciclos de economia circular.



OBJETIVO 5

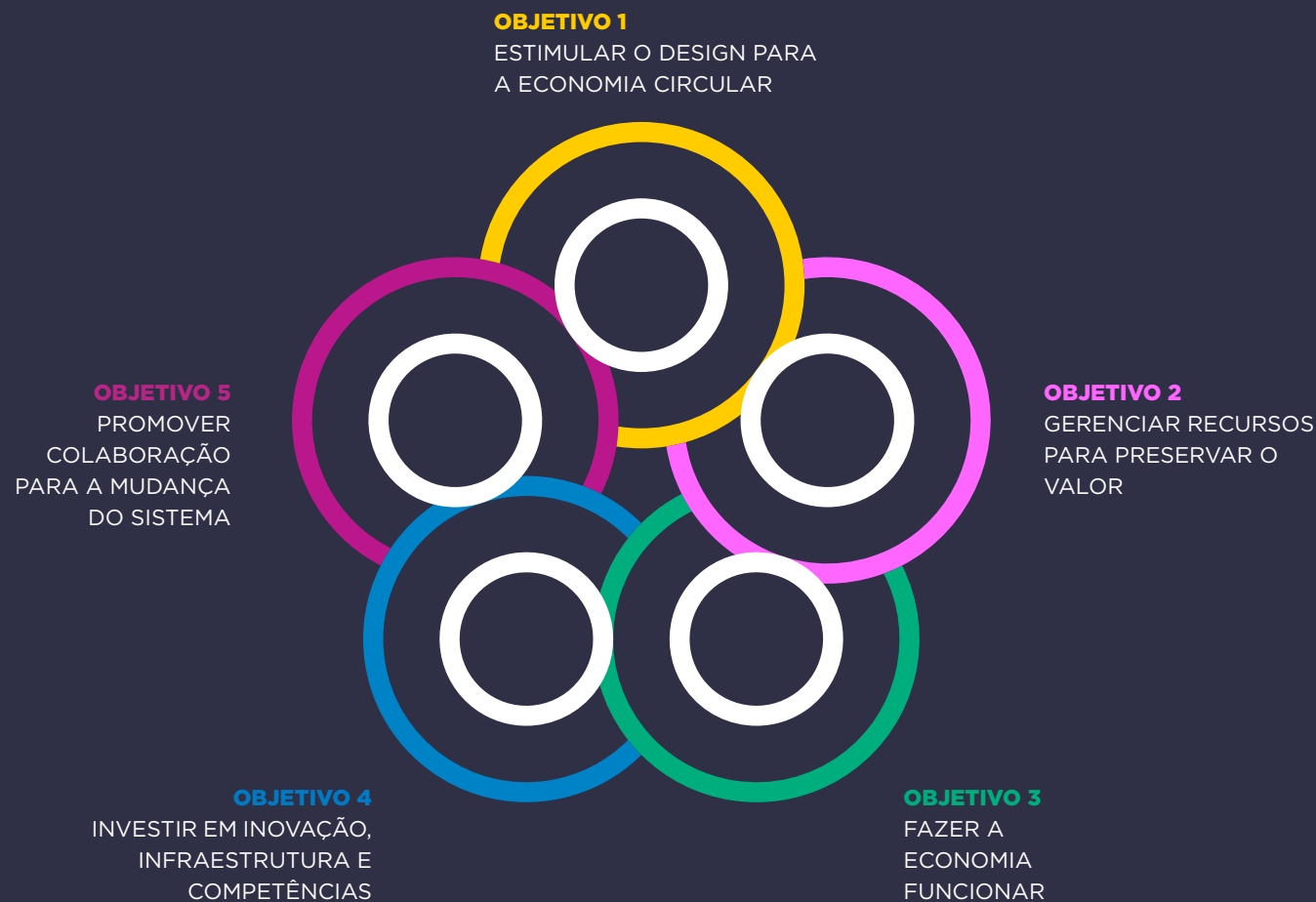
Promover colaboração para a mudança do sistema

Todos os atores têm um papel a desempenhar na transformação do sistema de produção e consumo de um modelo de economia linear para um circular. O envolvimento de atores estratégicos de todos os setores e ao longo de todo o processo ajudou a criar soluções e, ao mesmo tempo, a aprofundar o engajamento. Além disso, a definição de metas de médio prazo e o aumento do nível de ambição ao longo do tempo para atingir um objetivo de longo prazo ajuda a criar condições propícias para a economia circular.

Notas finais

- 1 Journal officiel de la République française, *LOI n° 2020-105 du 10 février 2020 relative à la lutte contre le gaspillage et à l'économie circulaire (1)*, (2020)
- 2 A economia solidária se refere a um conjunto de empresas organizadas sob a forma de cooperativas, sociedades mútuas, associações ou fundações, cujo funcionamento interno e atividades se baseiam nos princípios da solidariedade e da utilidade social. A lei de 31 de julho de 2014 sobre a economia social e solidária (Journal officiel de la République française, *LOI n° 2014-856 du 31 juillet 2014 relative à l'économie sociale et solidaire (1)*) fornece uma estrutura jurídica para essas empresas e visa apoiar o desenvolvimento da economia solidária.
- 3 Journal officiel de la République française, *LOI n° 2015-992 du 17 août 2015 relative à la transition 67 énergétique pour la croissance verte (1)*, (2015)
- 4 Ademe, *Déchets chiffres-clés - Édition 2020*, (2020)
- 5 Eurostat, *Archive:Statistiques sur les déchets*, (2016)
- 6 Ministério da Transição Ecológica e Solidária, *50 measures for a 100% circular economy*, (2018)
- 7 WWF, *Chaque année 600 000 tonnes de plastique sont rejetées dans la mer Méditerranée*, (2019)
- 8 Carbone4, *Le bâtiment, un secteur en première ligne des objectifs de neutralité carbone de la France en 2050*, (2019) (acessado em julho de 2021)
- 9 Ministère de la Transition écologique et solidaire, *La Loi Anti-gaspillage Dans Le Quotidien Des Français : Concrètement Ça Donne Quoi ?*, (2020)
- 10 Jacques Vernier, *Les filières REP: Responsabilité élargie des producteurs en matière de prévention et de gestion des déchets générés par leurs produits*, (2018)
- 11 Institut National de L'économie Circulaire, *La REP Quésaco? La Responsabilité Élargie Du Producteur (REP) Et La Loi AGECE*, (2020); Ademe, *La Responsabilité Élargie Du Producteur: Panorama*, (2017)
- 12 REFER - Réseau Francilien du Réemploi, *Fonds pour le Réemploi Solidaire: le Sénat vote à l'unanimité LA mesure sociale du projet de loi économie circulaire*, (acessado em julho de 2021)
- 13 Ministère de la Transition Écologique et Solidaire, *Vêtements, aliments, médicaments... Évitez le gaspillage au quotidien*, (acessado em março de 2021)
- 14 Télé Loisir: *Capital (M6) : Brune Poirson choquée par les pratiques de gaspillage industriel d'Amazon (VIDEO)* (acessado em junho de 2021)
- 15 EcoCo2, *Gaspillage: Plus De 600 Millions D'euros De Produits Neufs Détruits Chaque Année* (2014)
- 16 Na França, em 2018, 9,3 milhões viviam abaixo da linha da pobreza, definida como viver com menos de 1.063 euros por mês. Fonte: Insee, *Pauvreté – Précarité*, Accessed on 21 June 2021; Dons Solidaires, *Dons Solidaires et l'Agence du Don en Nature se mobilisent pour accompagner les entreprises dans la lutte contre le gaspillage et la précarité*, (2020).
- 17 Dons Solidaires, *Etude Hygiène et Précarité*, (2020).
- 18 L'Indice de réparabilité, *Qu'est-ce que l'indice de réparabilité ?*, (2021)
- 19 Journal officiel de la République française, *LOI n° 2015-992 du 17 août 2015 relative à la transition 67 énergétique pour la croissance verte (1)*, (2015)
- 20 Ministère de la Transition Écologique et Solidaire, *Plan Climat: 1 Planète, 1 Plan*, (6 de julho de 2017).
- 21 Ministère de la Transition Écologique et Solidaire, Ministère de l'Économie et des Finances, *50 mesures pour une économie 100% circulaire*, (2018)
- 22 Journal officiel de la République française, *LOI n° 2016-138 du 11 février 2016 relative à la lutte contre le gaspillage alimentaire (1)*, (2016)
- 23 En Marche!, *Le programme d'Emmanuel Macron*, (2017)
- 24 Ministério da Transição Ecológica e Solidária, *50 measures for a 100% circular economy*, (2018)
- 25 Journal officiel de la République française, *LOI n° 2019-1479 du 28 décembre 2019 de finances pour 2020 (1) (1)*, (2019)
- 26 Gouvernement français, *Le Premier ministre présente la feuille de route pour l'économie circulaire*, (acessado em junho de 2021)
- 27 Ministère de la Transition Écologique, *Décrets d'application de la loi anti-gaspillage pour une économie circulaire*, (1 de julho de 2021).
- 28 Paris Match, *McDonald's met fin aux jouets en plastique dans son "Happy Meal"*, 11 de fevereiro de 2021; Samsung, *Indice de réparabilité: Samsung s'inscrit pleinement et activement dans cette démarche contre le gaspillage* (acessado em junho de 2021); Groupe SEB, *L'économie Circulaire Au Coeur Des Innovations Durables* (acessado em junho de 2021).

Sobre os Objetivos Universais de Políticas para Economia Circular



Em janeiro de 2021, a Fundação Ellen MacArthur publicou o artigo *Objetivos universais de políticas para economia circular: viabilizando a transição em grande escala com o objetivo de traçar um rumo comum no desenvolvimento de políticas para uma transição mais rápida para a economia circular*. Os cinco objetivos de políticas para economia circular detalhados no documento podem oferecer soluções para os principais desafios globais, como mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição, ao mesmo tempo em que proporcionam desenvolvimento econômico.



© COPYRIGHT 2021
FUNDAÇÃO DE ELLEN MACARTHUR

www.ellenmacarthurfoundation.org

Número de Registro da Instituição Filantrópica: 1130306
Número de Registro OSCR: SC043120
Número da Empresa: 6897785